



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

1. OBJETIVO

A presente Política de Gestão de Risco (“Política”) tem por objetivo descrever os princípios, metodologias e valores utilizados pela **AMAGGI CAPITAL LTDA** (“GESTORA”) na gestão dos riscos dos fundos de investimento e carteiras administradas sob sua gestão, em linha com o estabelecido pela Resolução CVM n.º 021/2021.

A presente Política tem como objetivo monitorar a exposição aos fatores de risco inerentes aos investimentos realizados a partir da análise das informações periódicas dos Ativos, seus limites e volatilidade dos Ativos em relação à exposição aos mercados, considerando a relação dos mesmos com os cenários apresentados, buscando identificar os potenciais eventos que possam vir a afetar os resultados da GESTORA e dos Ativos.

Nesta Política estão relacionados os critérios e parâmetros utilizados para gerenciamento dos tipos de riscos e seus pontos de controle.

A GESTORA possui métodos para gerenciamento dos riscos apontados nesta Política, sendo que a administração de risco tem como valor principal a transparência e a busca à adequação às políticas de investimentos e conformidade à legislação vigente. Os riscos que os Ativos podem incorrer são controlados e avaliados pela equipe da Diretoria de Risco, a qual está totalmente desvinculada da área de investimentos. Embora o gerenciamento de riscos seja bastante adequado, este não constitui garantia e, portanto, não elimina a possibilidade de perda para os Ativos e para o investidor.

2. RESPONSABILIDADE

A coordenação direta das atividades relacionadas a esta Política é uma atribuição do Diretor responsável pela Gestão de Risco da GESTORA em seu Formulário de Referência e Contrato Social, na qualidade de diretor estatutário (“Diretor de Risco”).

O Diretor Risco poderá contar, ainda, com outros Colaboradores para as atividades e rotinas de gestão de risco, com as atribuições a serem definidas caso a caso, a depender da necessidade da GESTORA, em razão de seu crescimento e de acordo com a senioridade do Colaborador.

Os Colaboradores que desempenharem as atividades de risco formarão a Equipe de Risco, sob a coordenação do Diretor de Risco, sendo certo que não atuarão em atividades relacionadas à gestão de recursos da GESTORA.

O Diretor de Risco deverá sempre verificar o cumprimento desta Política e apresentar ao Comitê de Risco, para a análise dos parâmetros atuais de risco das carteiras. Também devem ser discutidos e aprovados os limites de crédito.

A GESTORA deverá preparar e manter versões atualizadas desta Política em seu website www.amaggicapital.com.br

As diretrizes estabelecidas nesta Política, a decisão das métricas e ferramentas de controle a serem utilizadas bem como os procedimentos no caso de verificação de qualquer inobservância ficam a cargo do Comitê de Risco.



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

O Comitê de Risco deve se reunir mensalmente ou de forma extraordinária, caso entenda necessário, sendo que suas decisões serão formalizadas em ata ou e-mail e mantidas arquivadas, disponíveis aos órgãos reguladores, por no mínimo 5 (cinco) anos.

Além das funções descritas acima, o Comitê de Risco é o órgão interno competente para definição/revisão dos limites de riscos (modalidades de ativos e emissores) e das regras e parâmetros utilizados para gerenciamento de riscos, com base, principalmente, nos relatórios produzidos pela Equipe de Compliance e Risco. Dessa forma, caso o Gestor, Diretor de Compliance e de Risco identifique uma necessidade extraordinária de revisão de limites ou redefinição de métricas e parâmetros, por conta de fatores internos ou externos, deverão convocar imediatamente reunião extraordinária do Comitê de Risco para tratar do tema.

Sem prejuízo, cabe ressaltar que o controle e monitoramento do risco de mercado também é parte do processo de gestão e decisão de investimento, tendo em vista a análise qualitativa dos ativos realizada pela Equipe de Gestão, sendo, portanto, uma obrigação compartilhada do Diretor de Gestão, conforme definido no Formulário de Referência da GESTORA e do Diretor de Compliance, e Diretor de Risco.

Ademais, o Diretor de Compliance, o Diretor de Risco e a Equipe de Compliance e Risco devem atuar de forma preventiva e constante para alertar, informar e solicitar providências ao Diretor de Gestão e à Equipe de Gestão frente a eventuais desenquadramentos de limites normativos e aqueles estabelecidos internamente.

Todos os limites de risco de cada Veículo sob controle da GESTORA constarão expressamente do respectivo Regulamento do contrato de carteira administrada, conforme o caso.

Nos documentos dos Veículos deverá sempre constar disposição esclarecendo que a política de gestão de riscos aqui estabelecida, embora adequada às regras da regulamentação e autorregulamentação aplicáveis às atividades da GESTORA, não constitui garantia completa de eliminação da possibilidade de perda para os Veículos e para os investidores.

Com o objetivo de monitorar a exposição aos riscos das carteiras dos Veículos, o Diretor de Risco produzirá relatórios mensais, tomando por base os parâmetros descritos na presente Política, bem como aqueles estabelecidos pelo Comitê de Risco. Tais relatórios de exposição a risco devem ser encaminhados ao Diretor de Gestão e à Equipe de Gestão.

3. MONITORAMENTO E FLUXO DE INFORMAÇÕES

A Equipe de Risco realiza um monitoramento diário em relação aos principais riscos relacionados aos Ativos. Com o auxílio de planilhas em Excel e sistema contratado de terceiro, e sob supervisão do Diretor de Gestão de Riscos, são gerados relatórios diários de exposição a riscos para cada Ativo, os quais refletirão, também, os enquadramentos constantes dos regulamentos dos fundos de investimento ou daqueles descritos nos contratos de carteira administrada.



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Caso algum limite objetivo seja extrapolado, o Diretor de Gestão de Riscos notificará imediatamente o Diretor de Administração de Carteira e Valores Mobiliários e a Equipe de Gestão para que realizem o enquadramento a partir da abertura dos mercados do dia seguinte.

Sem prejuízo do disposto acima, o Diretor de Gestão de Riscos poderá realizar uma análise subjetiva da concentração das carteiras e, caso identifique um risco relevante, deverá solicitar a realização de reunião extraordinária do Comitê de Risco para tratar do tema ou informar imediatamente ao Diretor de Administração de Carteira e Valores Mobiliários, podendo, inclusive, sugerir a adoção de um plano de ação para mitigação do referido risco.

Nas reuniões periódicas do Comitê de Risco, os relatórios produzidos pelo Diretor de Gestão de Riscos são analisados e, se necessário, novas métricas e parâmetros de gestão de riscos serão definidas.

Na inobservância de qualquer dos procedimentos aqui definidos, bem como na identificação de alguma situação de risco não abordada nesta Política, o Diretor de Gestão de Riscos deverá realizar a convocação de reunião extraordinária e submeter a questão ao Comitê de Risco, e reunir-se imediatamente com o Diretor de Administração de Carteira e Valores Mobiliários, com o objetivo de:

- (i) receber da Equipe de Gestão as devidas justificativas a respeito do desenquadramento ou do risco identificado;
- (ii) estabelecer um plano de ação que se traduza no ponto de enquadramento das carteiras dos Ativos aos limites previstos em seus documentos regulatórios ou nessa Política vigente; e
- (iii) avaliar a necessidade de eventuais ajustes aos procedimentos e controles adotados pela GESTORA.

Em quaisquer casos, o Diretor de Gestão de Riscos está autorizado a ordenar a compra/venda de posições para fins de enquadramento das carteiras dos Ativos.

Os eventos mencionados acima, a serem abordados nas reuniões do Comitê de Risco, deverão também ser objeto de **reprodução** no Relatório **anual** de Controles Internos, apresentado até o último dia de abril de cada ano aos órgãos administrativos da GESTORA.

4. RISCOS

Face ao perfil dos investimentos alvo da GESTORA, cuja atuação é voltada para a gestão de carteiras de fundos líquidos, constituídos nos termos da Resolução CVM n.º 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada.

O processo de avaliação e gerenciamento de riscos permeia todo o processo de decisão de investimento.

Risco de Mercado

A GESTORA utiliza sistema contratado de terceiros, adicionado à controle paralelo em planilhas de Excel e.

O monitoramento de risco de mercado utiliza dados históricos e estatísticos para tentar prever o comportamento da economia e dos componentes do mercado e, conseqüentemente, os possíveis cenários que eventualmente afetem os Ativos de uma carteira de investimentos.



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

O limite de risco de mercado que um Ativo pode apresentar é calculado e monitorado pelo VaR (Value at Risk) onde o objetivo é obter o valor esperado da máxima perda (ou pior perda) em um horizonte de tempo com um intervalo de confiança e/ou pelo Stress Test para testar um portfólio sob mudanças bruscas e improváveis em fatores determinantes para o valor da carteira.

Ambos são utilizados para verificar se o risco do Ativo está atendendo às políticas definidas pelos comitês internos competentes. O monitoramento é feito pelo gestor responsável e diariamente pelo Diretor de Gestão de Riscos através de sistema integrado, em que as posições são precificadas em sistema contratado pela GESTORA.

São gerados e analisados/criticados os seguintes relatórios de risco, diariamente, contemplando o risco envolvido em todas as operações: VaR histórico da carteira, mapas de liquidez por Ativo, mapas de concentração por Ativo e contrapartes, além do sistema de controle de contratos disponível para consultas de todos os usuários envolvidos. Os relatórios de risco são enviados para todos os gestores da GESTORA em bases diárias ou por meio de alerta, caso o gestor exceda o limite.

A GESTORA atua na gestão de diferentes tipos de Ativos, de forma que o monitoramento de riscos descritos na presente Política também é realizado pelo administrador fiduciário dos referidos Ativos ("Administrador"). Com isso, o Administrador, além de manter a guarda do cadastro dos clientes da GESTORA, também monitora o risco das carteiras (VaR e Stress Testing) e eventuais desenquadramentos de limites aos normativos vigentes aplicáveis, ao cumprimento dos limites dos Ativos, de acordo com seus regulamentos e demais documentos.

É responsabilidade da Equipe de Risco, liderada pelo Diretor de Gestão de Riscos, enquanto área independente da Equipe de Gestão, atuar de forma preventiva e constante para alertar, informar e solicitar providências ao Diretor de Administração de Carteira e Valores Mobiliários e à Equipe de Gestão frente a eventuais desenquadramentos de limites de Ativo ou conjunto de Ativos, tudo de acordo com as políticas e manuais da GESTORA, com os normativos regulatórios e auto regulatórios vigentes aplicáveis, bem como monitorar a aderência dos Ativos às determinações do Comitê de Investimento e/ou do Comitê de Risco e Compliance.

A GESTORA utiliza metodologia que se baseia na análise de cenários (incluindo um cenário de *stress*) e é dividida em duas fases: Quantitativa e Qualitativa. A primeira fase da análise denominada Quantitativa consiste no cálculo de *Stress Test* de acordo com os cenários estabelecidos e, portanto, determina-se o potencial de *drawdown* a que cada Ativo estaria sujeito em uma eventual situação fortemente adversa do mercado. Analisa-se também o impacto que grandes movimentos nos principais fatores de risco (câmbio, juros, inflação e crescimento do PIB) teriam nos negócios das empresas investidas pelos Ativos e conseqüentemente no portfólio. A segunda fase da análise denominada Qualitativa levará em conta critérios mais subjetivos como qualidade da gestão das companhias investidas, qualidade do negócio e áreas de atuação.

VaR – Value at Risk

O conceito de VaR é uma medida de perda percentual de uma carteira de investimentos sujeita aos riscos de mercado, riscos de flutuação de preços, taxas de juros ou câmbio, é muito disseminado nos principais centros financeiros mundiais e permite que o risco de mercado possa ser representado por um único valor monetário, indicando a perda máxima esperada com um certo nível de confiança e para determinado horizonte de investimento.

Stress Test

O Stress Test consiste em verificar os impactos financeiros decorrentes de cenários de mercado com variações mais acentuadas nos preços e taxas e situações adversas de mercado, determinando potenciais ganhos/perdas sob



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

cenários extremos. Como o cálculo de VaR apenas captura as variações nos retornos em períodos normais, o Stress Test é uma ferramenta importante para complementar o processo de gerenciamento de risco, principalmente em situações de grandes oscilações no mercado, nas quais a volatilidade histórica não está prevendo essa futura oscilação. A principal vantagem desta análise é a possibilidade de avaliar o impacto de situações completamente adversas, ausentes das séries históricas, em que podem ocorrer quebras de correlações.

Para aplicar o Stress Test, existem algumas metodologias:

- a. Cenários Históricos: consiste em realizar o teste de stress utilizando-se as taxas e preços referentes a situações de stress ocorridas no passado.
- b. Cenários Probabilísticos: consiste em fazer projeções em diferentes situações atribuindo um peso específico nas taxas/preços dos Ativos levando em consideração o fator probabilístico do intervalo de confiança superior ao usual e sua respectiva volatilidade.
- c. Cenários Hipotéticos: aplica cenários hipotéticos que podem ser definidos pelo Comitê de Investimentos.

O cálculo consiste na marcação a mercado do portfólio com base nos cenários de stress. O impacto no patrimônio líquido é mensurado através da diferença entre o valor atual da carteira e o valor calculado em cenário de stress.

Risco de Crédito e Contraparte

O Risco de Crédito e Contraparte é, em termos gerais, a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos da recuperação.

Aquisição de Ativos de Crédito Privado

Nos termos do Ofício-Circular nº 6/2014/CVM/SIN, emitido pela CVM com o objetivo de orientar os gestores de recursos quanto a procedimentos recomendáveis na aquisição de Ativos representativos de dívidas ou obrigações não soberanas (crédito privado), bem como nos termos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, a aquisição de títulos privados demanda tanto conhecimento específico por parte dos gestores quanto a adoção de procedimentos próprios para o gerenciamento dos riscos incorridos.

O risco de cada contraparte é controlado:

- (i) pela exposição direta a risco de crédito (dívida, depósitos, instrumentos de crédito em geral); e
- (ii) pela exposição através de derivativos, seja pela colocação de colateral em benefício da contraparte, ou pelo risco de mercado da posição adjacente calculada pelo VaR Estatístico.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Crédito nos Ativos, após a verificação da compatibilidade do crédito que se pretende adquirir com a política de investimento do Ativo e com a regulamentação em vigor, serão determinados



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado de grupo com interesse econômico comum e, quando aplicável, de tomadores ou contrapartes com características semelhantes.

Os limites de crédito atribuídos devem ter validade pré-determinada e contar com possibilidade de revisão antecipada em função do comportamento do tomador do crédito ou outros eventos que possam impactar na decisão de investimento inicial.

Para a definição dos limites, devem ser consideradas não só condições normais do emissor e do mercado, mas também condições estressadas com base em cenários de probabilidades e nas experiências históricas e, ainda, a qualidade das garantias, caso existam.

Além disso, a autorização de determinada operação pelo Comitê de Risco não deve ser vista como autorização automática para operações subsequentes de um mesmo emissor/devedor.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Crédito nos Ativos, vale destacar algumas medidas adicionais adotadas pela GESTORA:

Custódia Qualificada: Os Ativos contam com serviço de custódia qualificada, de forma que todas as operações de ações listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão são liquidados junto a um único membro de liquidação. Dessa forma, é possível que a GESTORA realize a compensação das operações de venda de Ativos com as operações de compra, liquidando apenas a diferença das operações e, portanto, mitigando o risco de crédito. Além disso, a escolha do membro de liquidação é feita de maneira criteriosa, privilegiando grandes participantes do mercado e com menor risco de insolvência.

Ativos de Crédito Privado:

- i. Qualquer ativo que envolva risco de crédito privado nos Ativos deve ter limite previamente estabelecido para cada Ativo em seu regulamento ou contrato, conforme o caso, ou pelo Comitê de Risco. Conforme exposto acima, ao investir em Ativos sujeitos a risco de crédito privado, o Comitê de Risco avaliará e definirá um limite máximo de exposição àquele emissor; e
- ii. A GESTORA deverá investir em Ativos de crédito privado apenas de emissores pessoas jurídicas que tenham suas demonstrações financeiras auditadas, anualmente, por auditor independente autorizado pela CVM e/ou Banco Central do Brasil, ficando excetuado da observância do disposto neste item o Ativo de crédito privado que conte com: (a) cobertura integral de seguro; ou (b) carta de fiança ou aval; ou (c) coobrigação integral por parte de instituição financeira ou seguradoras ou empresas que tenham suas demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditor independente autorizado pela CVM. Neste sentido, os mesmos procedimentos de análise de risco de crédito descritos nas alíneas acima para a empresa seguradora, fiador ou avalista da operação; e
- iii. Previamente à aquisição de operações, a GESTORA deve se assegurar de que terá pleno acesso às informações que julgar necessárias à análise de crédito para compra e para acompanhamento do Ativo, incluindo, se for o caso, acesso aos documentos integrantes da operação ou a ela acessórios.

Adicionalmente, a GESTORA buscará utilizar a combinação de análises quantitativas e qualitativas. Em



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

determinados casos, a utilização de cálculos estatísticos baseados nos índices financeiros do devedor deve ser acompanhada de uma análise, também devidamente documentada, que leve em consideração aspectos como a reputação do emissor no mercado, a existência de pendências financeiras e protestos, possíveis pendências tributárias e multas e outros indicadores relevantes.

Sem prejuízo da aplicação aos Ativos de Crédito Privado adquiridos pelos Fundos Líquidos, conforme o caso, em se tratando de FIDC e FII, a análise do risco de crédito pela GESTORA deverá contemplar adicionalmente, pelo menos, os seguintes aspectos, conforme aplicáveis:

- i. Em relação ao devedor e, quando aplicável, seus garantidores:
 - a) situação econômico-financeira (quadro atual e perspectivas/projeções);
 - b) grau de endividamento;
 - c) capacidade de geração de resultados;
 - d) fluxo de caixa;
 - e) administração e qualidade de controles;
 - f) governança;
 - g) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
 - h) contingências;
 - i) setor de atividade econômica;
 - j) limite de crédito; e
 - k) risco operacional associado à aquisição, acompanhamento e liquidação dos direitos creditórios;

- ii. Em relação à operação:
 - a) natureza e finalidade da transação;
 - b) conforme aplicável, na medida em que a garantia seja relevante para a decisão com relação ao risco de crédito, análise das características das garantias, visando a sua exequibilidade, inclusive com relação à observância dos requisitos formais para sua constituição e às avaliações cabíveis com relação à sua suficiência e à liquidez dos Ativos em caso de execução;
 - c) quantidade;
 - d) valor;
 - e) prazo;
 - f) análise de variáveis como *yield*, taxa de juros, *duration*, convexidade, volatilidade, entre outras que possam ser consideradas relevantes;
 - g) montante global, vencimentos e atrasos, no caso de aquisição de parcelas de operação; e

- iii. Nas análises individuais de pessoas jurídicas, deve-se considerar, além das informações da empresa, os seguintes itens:



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

- a) as informações de seus controladores;
- b) questões afeitas ao Conglomerado ou Grupo Econômico do qual a empresa devedora faça parte, como a capacidade gerencial do controlador, a estrutura de governança existente, a percepção do mercado com relação ao grupo, a situação patrimonial e financeira, a liquidez e o prazo das principais obrigações, além dos possíveis riscos de contágio de danos à imagem e de conflitos de interesse em assembleias; e
- c) Nas análises coletivas deve-se utilizar modelo estatístico para avaliação da base de sacados e/ou cedentes, observando-se fatores de agrupamento de riscos de crédito similares, tais como, mas não limitando-se à atividade econômica, localização geográfica, tipo de garantia, risco operacional associado à aquisição, acompanhamento e liquidação dos direitos creditórios, histórico de inadimplência e grau de endividamento, bem como risco de fungibilidade (*commingling*).

Quando for o caso, a GESTORA deve diligenciar para que ocorra a cessão perfeita e acabada de direitos creditórios adquiridos pelas carteiras, de modo a garantir total segregação jurídica entre os riscos da originadora desses direitos e o patrimônio representado por eles na emissora (*true sale* dos direitos creditórios).

Quando aplicável, os contratos de crédito devem prever cláusulas restritivas (*covenants*) tais como nível de alavancagem do devedor, índice de cobertura de juros, existência de protestos e negativas em órgãos de proteção ao crédito acima de determinado patamar, ocorrência de alterações na estrutura societária e razão mínima de garantias.

Quando se tratar de um Ativo de Crédito Privado cujo risco esteja atrelado a um projeto de desenvolvimento imobiliário, a aquisição de referido Ativo deverá, dentre outras análises, considerar a viabilidade do projeto, a demanda, renda e demais riscos.

Por fim, tendo em vista as importantes questões legais envolvidas nas operações de crédito, a GESTORA deve avaliar sempre a necessidade de contratação de terceiros para verificação dos contratos que formalizam os créditos. Em casos complexos ou quando se percebe que talvez falte a expertise necessária, a análise jurídica pode ser conduzida por escritório especializado no setor.

Monitoramento dos Ativos de Crédito Privado

São algumas das práticas constantes no Ofício-Circular nº 6/2014/CVM/SIN e no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros e adotadas pela GESTORA em relação ao gerenciamento de risco de crédito:

- levar em consideração os fluxos de caixa esperados, os prazos de pagamento de resgate e os períodos em que os resgates podem ser solicitados e manter caixa suficiente para um determinado período definido de acordo com as características dos investidores e dos investimentos da carteira dos Ativos;
- a possibilidade de se utilizar mercado secundário para venda de Ativos também deve ser um fator considerado na gestão de liquidez de Ativos de crédito privado; e
- se necessário, estabelecer uma taxa mínima de conversão de carteira em caixa ou um percentual de



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

liquidez imediata das transações de crédito, a ser definida pelo Comitê de Risco.

Os controles e processos da GESTORA são capazes de:

- i. fazer o cadastramento dos diferentes Ativos que podem ser negociados pelos Ativos, possibilitando armazenar características desses Ativos, tais como: modalidade de crédito, datas e valores de parcelas, datas de contratação e de vencimento, taxas de juros, garantias, data e valor de aquisição pelo Ativos, informações sobre o rating da operação na data da contratação, e quando aplicável, dados do cedente e dados do sacado (em operações cujo cedente não possua retenção substancial de riscos e benefícios sobre o Ativo), devendo tais características ser objeto de análise pelo Comitê de Risco;
- ii. fazer a precificação com base no tipo de Ativo e nos demais fatores de risco e preservar a memória de cálculo, incluindo as fórmulas e variáveis utilizadas no modelo;
- iii. emitir relatórios gerenciais para monitoramento das operações adquiridas, bem como mensurar, tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, a exposição ao risco de crédito em condições normais e em cenários estressados;
- iv. projetar fluxos de caixa não padronizados, representar curvas de crédito e calcular valor presente das operações.

A GESTORA deve avaliar periodicamente a qualidade de crédito dos principais devedores/emissores dos Ativos de crédito ou direitos creditórios, conforme o caso, adquiridos pelos Ativos, com periodicidade de revisão proporcional à qualidade de crédito - quanto pior a qualidade, mais curto deve ser o intervalo entre as reavaliações - e/ou à relevância do crédito para a carteira e adequado às características dos direitos creditórios, se o caso, sendo necessário documentar todas as reavaliações realizadas.

As avaliações de que trata o parágrafo acima devem ser formalizadas e ficar disponíveis para o Administrador e para a ANBIMA, sempre que solicitadas, pelos prazos previstos na regulamentação em vigor.

Ademais, nas reavaliações, deve-se monitorar a qualidade e capacidade de execução das garantias dos Ativos, quando relevante, conforme abaixo.

Toda alocação a risco de crédito, quer direta ou indireta, é acompanhada e gerida continuamente, sendo parte integral da estratégia de gestão.

Avaliação, Aceitação, Formalização e Monitoramento de Garantias

Sem prejuízo da aplicação aos Fundos Líquidos, conforme o caso, em se tratando de FIDC e FII, na medida em que a garantia for relevante para a decisão de investimento, a GESTORA deve zelar para que os documentos relativos às garantias estejam atualizados e válidos no momento da aquisição dos créditos, e a GESTORA deverá ainda:

- (i) avaliar a possibilidade de execução das garantias, definindo critérios específicos para essa avaliação;
- (ii) avaliar os mecanismos de formalização das garantias, bem como os documentos relativos às garantias e a sua validade no momento da aquisição dos créditos;



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

- (iii) considerar a variabilidade do valor de liquidação, atentando também para os prováveis valores de venda forçada;
- (iv) definir os percentuais de reforço de garantia (*over collateral*) em função de um valor conservador de liquidação forçada;
- (v) prever, sempre que aplicável, a inadmissibilidade de recebimento em garantia de bens cuja execução possa se tornar inviável, como bens essenciais à continuidade da operação de devedor, bens de família, grandes áreas rurais em locais remotos e imóveis com função social relevante, exceto se for justificável do ponto de vista da estratégia de recuperação de crédito ou se tratar de garantia adicional, que não foi fundamental na contratação da operação;
- (vi) verificar a possibilidade de favorecer Ativos que tenham um segundo uso explícito (por exemplo, terreno industrial que pode ser convertido em residencial), levando em consideração o potencial econômico do Ativo não só para o usuário atual, mas também em relação a outros potenciais usuários; e
- (vii) quando houver o compartilhamento de garantias, a GESTORA deverá: (a) assegurar que o compartilhamento é adequado à operação; e (b) verificar se a parte da garantia que lhe é cabível está livre e em que condições poderá ser executada.

Por sua vez, os critérios acima indicados serão reavaliados periodicamente, enquanto os respectivos Ativos permanecerem nas carteiras dos Ativos. A periodicidade das reavaliações será determinada caso a caso pelo Comitê de Risco, com base na relevância do Ativo e da garantia na avaliação do risco de crédito, não podendo tal periodicidade ser superior a 12 (doze) meses.

Risco de Liquidez

Para fins desta política de gerenciamento de liquidez, risco de liquidez significa a possibilidade dos Ativos não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do Ativo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade.

A revisão paulatina das metodologias de gerenciamento de risco de liquidez definidas nesta política de gerenciamento de liquidez deve sempre considerar a evolução das circunstâncias de liquidez e volatilidade dos mercados em função de mudanças de conjuntura econômica, bem como a crescente sofisticação e diversificação dos Ativos, de forma a garantir que esses reflitam a realidade de mercado. De forma a permitir o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários, esta política de gerenciamento de liquidez deverá ser avaliada e revista sempre que necessário ou, no mínimo, anualmente.

Princípios Gerais

A GESTORA, no exercício de suas atividades e na esfera de suas atribuições e responsabilidades em relação aos



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Ativos, desempenha suas atribuições em conformidade com a política de investimento dos referidos Ativos e dentro dos limites do seu mandato, promovendo e divulgando de forma transparente as informações a eles relacionadas, devendo empregar o cuidado que toda pessoa prudente e diligente costuma dispensar à administração de seus próprios negócios.

A estratégia principal da GESTORA privilegia o investimento em Ativos e derivativos de maior liquidez, por exemplo, renda variável. O processo de construção da carteira penaliza a concentração em instrumentos menos líquidos, reduzindo assim a eventual alocação final em tais Ativos e derivativos.

São considerados princípios norteadores dessa política de gerenciamento de liquidez:

- (i) **Formalismo:** esta política de gerenciamento de liquidez representa um processo formal e metodologia definida para o controle e gerenciamento de risco de liquidez;
- (ii) **Abrangência:** esta política de gerenciamento de liquidez abrange todos os fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto, para os quais os cotistas podem solicitar o resgate de cotas a qualquer momento. Excetua-se destas diretrizes os FIDC constituídos sob a forma de condomínio fechado, os FII e FIP, fundos exclusivos e/ou restritos;
- (iii) **Melhores Práticas:** o processo e a metodologia descritos na presente política de gerenciamento de liquidez estão comprometidos com as melhores práticas do mercado;
- (iv) **Comprometimento:** a GESTORA possui o comprometimento em adotar políticas, práticas e controles internos necessários ao gerenciamento de risco de liquidez;
- (v) **Equidade:** qualquer metodologia ou decisão da GESTORA deve assegurar tratamento equitativo aos cotistas;
- (vi) **Objetividade:** as informações a serem utilizadas no processo de gerenciamento de risco de liquidez devem ser preferencialmente obtidas de fontes independentes;
- (vii) **Frequência:** o gerenciamento de risco de liquidez deve ser realizado em período regular, no mínimo semanalmente; e
- (viii) **Transparência:** a presente política de gerenciamento de liquidez deve ser registrada na ANBIMA em sua forma mais atualizada.
- (ix) **O Risco de Liquidez é observado a partir da possibilidade de o Ativo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de o Ativo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.**

Metodologia de Controle de Liquidez e Cálculo por Tipo de Ativo



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

O controle da liquidez dos Ativos inseridos nas carteiras dos Ativos é realizado por meio de sistemas contratado de terceiros e planilhas, com base na média do volume de negociação diária e comparado com o tamanho total dos Ativos individuais. De acordo com suas características, os Ativos devem operar com montante suficiente da posição diária em caixa ou Ativos extremamente líquidos.

O tratamento dos Ativos utilizados como margem, ajustes e garantias considera, no mínimo, os seguintes aspectos: liquidez dos Ativos, participação de cada Ativo nos Ativos e expectativa da GESTORA em relação à manutenção dos Ativos em carteira.

Será estabelecido um limite máximo de resgate esperado para cada Ativo. O percentual do patrimônio líquido de cada Ativo que pode ser liquidado até a respectiva data de cotização, com base no número de dias necessários para a liquidação de cada posição, deve ser sempre superior a esse limite.

O perfil do passivo de cada Ativo é composto, mas não se limitando, por encargos como despesas de corretagem, custódia, auditoria, consultoria legal, impostos, taxa de administração, entre outros, além de pagamento de resgates e compras de Ativos.

Para garantir que os parâmetros definidos sejam cumpridos, o monitoramento das ações das companhias investidas é feito por meio de planilhas em Excel desenvolvidas internamente ou por sistema contratado de terceiro que, dentre outras funções, monitora diariamente a composição do portfólio, a liquidez do portfólio agregado (todos os fundos de investimento geridos) e das posições individualmente.

O gerenciamento de liquidez é realizado diariamente, com base em tamanho de posições, limites de exposição setoriais e determinados grupos de risco. A GESTORA buscará operar com no mínimo 5% (cinco por cento) da posição diária em caixa ou Ativos extremamente líquidos. Não obstante, poderão ser definidos parâmetros diversos, a depender do caso, os quais serão formalizados nos documentos competentes.

A GESTORA investe o valor em caixa dos Ativos em títulos públicos, em operações compromissadas de 1 (um) dia (lastreadas em títulos públicos) ou em cotas de fundos de investimento que investem exclusivamente em títulos públicos.

Para o investimento em cotas de fundo é considerada a liquidez estabelecida no regulamento do fundo investido. Para as operações compromissadas, como há compromisso de recompra, a liquidez é diária (D+0).

O caixa em conta corrente é considerado 100% (cem por cento) líquido, ou seja, sua liquidez é diária (D+0).

A GESTORA monitora diariamente o montante do portfólio que é investido em títulos públicos ou em cotas de fundos que investem em títulos públicos. Além disso, também é feito pela Equipe de Gestão o acompanhamento das negociações dos títulos públicos no mercado secundário, para que seja possível monitorar e garantir a liquidez definida para o Ativo em questão.

A GESTORA faz controle diário do caixa utilizando ferramentas internas, como também informações fornecidas diariamente pelos administradores dos fundos de investimento sob sua gestão. Este controle é feito em grande parte pelos respectivos administradores de cada fundo.



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Situações Especiais de Ilíquidez

O risco de liquidez pode ser majorado em situações especiais de ilíquidez, relacionadas a fatores sistêmicos ou eventos específicos de cada Ativo. A GESTORA, nestas situações, manterá uma maior participação do patrimônio líquido de cada Ativo em ativos de maior liquidez e realizará, com a periodicidade necessária, o controle e o gerenciamento da liquidez de cada Ativo.

Gerenciamento de Liquidez para Fundos Estruturados

No que se refere ao risco de liquidez das carteiras dos FII e FIDC constituídos sob a forma de condomínio fechado, é importante ressaltar que tais fundos de investimento são constituídos sob a forma de condomínio fechado e que quase a totalidade de seus investimentos se dará em Ativos de baixa ou inexistente liquidez, sendo esta uma característica intrínseca do próprio Ativo, considerando:

- (i) a inexistência de mercado organizado para negociação de Ativos imobiliários e de determinados direitos creditórios que podem ser adquiridos pelos FIDC sob gestão da GESTORA, e
- (ii) a inexistência, no Brasil, de mercado secundário com liquidez garantida para negociação de Ativos financeiros imobiliários e de determinados direitos creditórios que podem ser adquiridos pelos FIDC sob gestão da GESTORA.

Portanto, para os FII e para os FIDC constituídos sob a forma de condomínio fechado, a gestão da liquidez da carteira deverá considerar os compromissos de tais fundos de investimento frente a seus encargos e, desse modo, a GESTORA deverá aplicar parcela suficiente do patrimônio de tais Ativos em Ativos de liquidez compatíveis com as necessidades de caixa dos mesmos.

Risco de Concentração

Risco de concentração se caracteriza pela concentração de investimentos de carteiras de valores mobiliários em um mesmo fator de risco como país, região, emissor, tipo e classe de ativo, dentro outros, que podem potencializar a exposição da carteira. Risco de perdas em decorrência da não diversificação dos investimentos realizados pelas carteiras dos Ativos

Com o objetivo de monitorar o Risco de Concentração na carteira dos Ativos, o Diretor de Gestão de Riscos produz relatórios mensais de exposição a risco das carteiras de cada Ativo, tomando por base os parâmetros estabelecidos pelo Comitê de Risco.

Conforme acima exposto, tais relatórios de exposição a risco devem ser encaminhados ao Diretor de Administração de Carteira e Valores Mobiliários e à Equipe de Gestão.

A GESTORA evita a concentração excessiva, podendo o Comitê de Risco estabelecer limites máximos de investimento em 1 (um) único Ativo, considerando seu valor de mercado, ou determinado setor do mercado.

Não obstante, vale destacar que algumas carteiras dos Ativos podem ter estratégias específicas de concentração



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

em poucos Ativos ou emissores, não se aplicando o disposto no parágrafo acima.

Riscos relacionados ao Mercado Imobiliário

A identificação dos riscos relativos aos investimentos realizados pelos Fundos de Investimento Imobiliário (“FII”) geridos pela GESTORA, na aplicação de seus recursos em Ativos financeiros e valores mobiliários, tais como Certificados de Recebíveis Imobiliários, Letras Hipotecárias, Letra Imobiliária Garantida, Letra de Câmbio Imobiliária, Debêntures, Contratos de Locação, entre outros (“Ativos de Crédito Privado”), bem como em direitos reais sobre imóveis e cotas de outros Fundos de Investimento Imobiliário geridos por terceiros (“Ativos Imobiliários”), consiste na verificação preliminar do potencial interesse na realização de investimentos pela GESTORA.

Havendo interesse no investimento, procede-se à realização (a) da adequação do potencial investimento ao disposto nas políticas de investimento dos fundos geridos pela GESTORA, (b) da análise das questões econômicas e financeiras dos Ativos e (c) de *due diligence* dos Ativos, a fim de identificar passivos existentes ou potenciais e fragilidades estruturais que possam representar riscos para o investimento pelos fundos, considerando aspectos jurídicos, técnicos e ambientais.

A GESTORA poderá contratar ainda consultores especializados, podem ajudar a conduzir a *due diligence* supramencionada. Contudo, é dever dos colaboradores da GESTORA darem instruções aos terceiros contratados sobre os padrões mínimos esperados em uma *due diligence*, incluindo os aspectos de compliance e anticorrupção.

Ainda, cabe ressaltar que na hipótese de aquisição de imóveis pelos FII ou integralização de cotas dos FII em bens e direitos, ela deverá sempre ser feita com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, de acordo com o Anexo A deste Manual e com as demais disposições previstas na regulamentação aplicável.

Após a realização do investimento, os riscos relacionados aos investimentos realizados pelos FII são monitorados em conformidade com cada tipo de risco, conforme especificado nos itens abaixo.

5. CLASSIFICAÇÃO DA ESCALA DE RISCO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS – FIFS

Em atendimento à Resolução CVM 175, especificamente em seu suplemento B, o qual define regras e controles para a Classificação de Risco na Lâmina de Informações Básicas dos FIFs, apesar de sua elaboração ser de responsabilidade pelo Administrador Fiduciário, compete ao Gestor a apuração da Escala de Risco do fundo. Desta forma, apresenta-se a seguir as regras, procedimentos e metodologias definidas pela gestora para a classificação da escala de risco das classes dos FIFs.

As regras aqui definidas devem constar no Acordo Entre Essenciais, destacando as obrigações das partes para que haja uma eficaz troca de informações entre elas, de forma a garantir a adequada elaboração da lâmina de informações básicas.

Dentre outras responsabilidades a Gestora deve zelar pela estabilidade da pontuação de risco adotada e informá-la ao Administrador Fiduciário sempre que houver alteração, a fim de que a lâmina de informações básicas se mantenha sempre atualizada.



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A seguir, apresentamos a metodologia definida pela Gestora para a Classificação da Escala de Risco, a qual prevê uma escala contínua com pontuação de 1 (um) a 5 (cinco), sendo 1 (um) para o menor risco e 5 (cinco) para o maior risco:

A metodologia de classificação de risco para os Fundos de Investimento Financeiro (FIF) é estruturada em três níveis, conforme os tipos de ativos, o tipo de gestão, e a estratégia de investimento adotada.

No primeiro nível, os fundos são classificados por classe de ativos, com renda fixa recebendo a menor pontuação de risco, seguida por multimercados, ações e cambial, refletindo a volatilidade e a possibilidade de perdas nominais associadas a cada categoria.

No segundo nível, a classificação se baseia no tipo de gestão, sendo fundos indexados os menos arriscados, fundos ativos com pontuação intermediária, e fundos de investimento no exterior os mais arriscados, devido à exposição adicional ao risco cambial.

No terceiro nível, a tabela considera a estratégia de alocação específica de cada fundo, atribuindo diferentes pontuações com base na exposição a fatores de risco como mercado, crédito, câmbio e liquidez. Fundos de ações recebem pontuações mais altas devido à sua maior volatilidade e sensibilidade aos riscos de bolsa e liquidez, o que reflete a possibilidade de oscilações significativas no curto prazo. Em contrapartida, fundos de renda fixa, com retornos mais previsíveis, têm menor exposição ao risco de mercado, resultando em pontuações mais baixas. Dependendo de suas durações, do grau de risco dos emissores dos títulos e das estratégias adotadas, a classificação de risco dos fundos de renda fixa e multimercado pode variar.

O anexo II deste documento, apresenta as tabelas que discriminam a pontuação de cada nível, sendo utilizada a somatória da pontuação de cada nível para classificar a escala de risco do FIF.

6. OUTROS RISCOS RELACIONADOS À ATIVIDADE DA GESTORA

Risco Operacional

Ocorre pela falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, ou de falhas nos controles internos. São riscos advindos da ocorrência de fragilidades nos processos, que podem ser gerados por falta de regulamentação interna e/ou documentação sobre políticas e procedimentos, que permita eventuais erros no exercício das atividades, podendo resultar em perdas inesperadas.

O risco operacional é tratado através de procedimentos frequentes de validação dos diferentes sistemas existentes em funcionamento na GESTORA, tais como: programas computacionais, sistema de telefonia, internet, entre outros. As atividades de controle operacional desenvolvidas consistem no controle e boletagem das operações, cálculo paralelo de cotas dos fundos sob sua gestão, acompanhamento da valorização dos Ativos e passivos que compõem as carteiras administradas, efetivação das liquidações financeiras das operações e controle e manutenção das posições individuais de cada investidor.



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Além disso, a GESTORA conta com Plano de Contingência e Continuidade de Negócios que define os procedimentos que deverão ser seguidos pela GESTORA, no caso de contingência, de modo a impedir a descontinuidade operacional por problemas técnicos. Foram estipulados estratégias e planos de ação com o intuito de garantir que os serviços essenciais da GESTORA sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um imprevisto ou um desastre.

Risco Legal

Decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Instituição e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Instituição.

Risco de Imagem

Decorre da publicidade negativa, verdadeira ou não, em relação à prática da condução dos negócios da Instituição, gerando declínio na base de clientes, litígio ou diminuição da receita.

A GESTORA vislumbra nos meios de comunicação um canal relevante de informação para os diversos segmentos da sociedade e está aberta a atender suas solicitações, sempre que isso for possível e não existirem obstáculos legais ou estratégicos, que serão explicitados aos jornalistas quando ocorrerem.

Para mitigar o risco de imagem, a comunicação com os meios de comunicação será supervisionada pelo Diretor de Gestão de Riscos, que poderá delegar essa função sempre que considerar adequado.

Risco Sistêmico

Decorre de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras instituições, ou uma ruptura na condução operacional de normalidade do sistema financeiro em geral.

Controle de Operações, Alocações, Corretagem e Aluguel

Diariamente, a Equipe de Compliance e Risco confere todas as operações e posições das carteiras com as corretoras e administradores. No caso de alguma operação ocorrer para mais de um Ativo, a alocação de cada operação entre os mesmos será feita sempre pelo preço médio executado no dia.

REVISÃO DA POLÍTICA E TESTES DE ADERÊNCIA

Esta Política deve ser revista, no mínimo, anualmente levando-se em consideração:

- (i) mudanças regulatórias;
- (ii) eventuais deficiências encontradas;



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

- (iii) modificações relevantes nos Ativos; e
- (iv) mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio da GESTORA.

Esta Política poderá ser também revista a qualquer momento, sempre que a Equipe de Compliance e Risco, por meio de seu Comitê de Risco, entender relevante.

A revisão desta Política tem o intuito de permitir o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários e aprimorar controles e processos internos.

Anualmente, o Diretor de Gestão de Riscos deve realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos ou definidos pelo Comitê de Risco. O Diretor de Gestão de Riscos terá total autonomia para proceder com o tanto necessário para ajustar as falhas na aderência às metodologias, bem como as metodologias eventualmente defasadas ou defeituosas. Dentre as medidas que podem ser adotadas estão: promoção de treinamentos específicos para Colaboradores que não estejam desempenhando da forma adequada e elaboração de novos controles proprietários.

Os resultados dos testes e revisões deverão ser objeto de discussão no Comitê de Risco e eventuais deficiências e sugestões deverão constar no relatório anual de compliance e riscos, apresentado até o último dia de janeiro de cada ano aos órgãos administrativos da GESTORA.

7. Comitê de Risco:

Membros: Diretor de Gestão de Riscos, Diretor de Compliance/PLD, Diretor de Administração de Carteiras e Valores Mobiliários, Analista de Compliance e Risco

Periodicidade: Trimestral ou sempre que necessário.

Atribuição: responsável pelo controle e monitoramento de riscos, responsabilidade de implementação dos procedimentos para identificar e acompanhar a exposição das carteiras aos variados tipos de riscos, os métodos de precificação dos Ativos, os profissionais envolvidos e a periodicidade de revisão das políticas sob sua responsabilidade.

Registro de suas decisões: Ata.

Poder de Veto: Diretor de Gestão de Riscos.

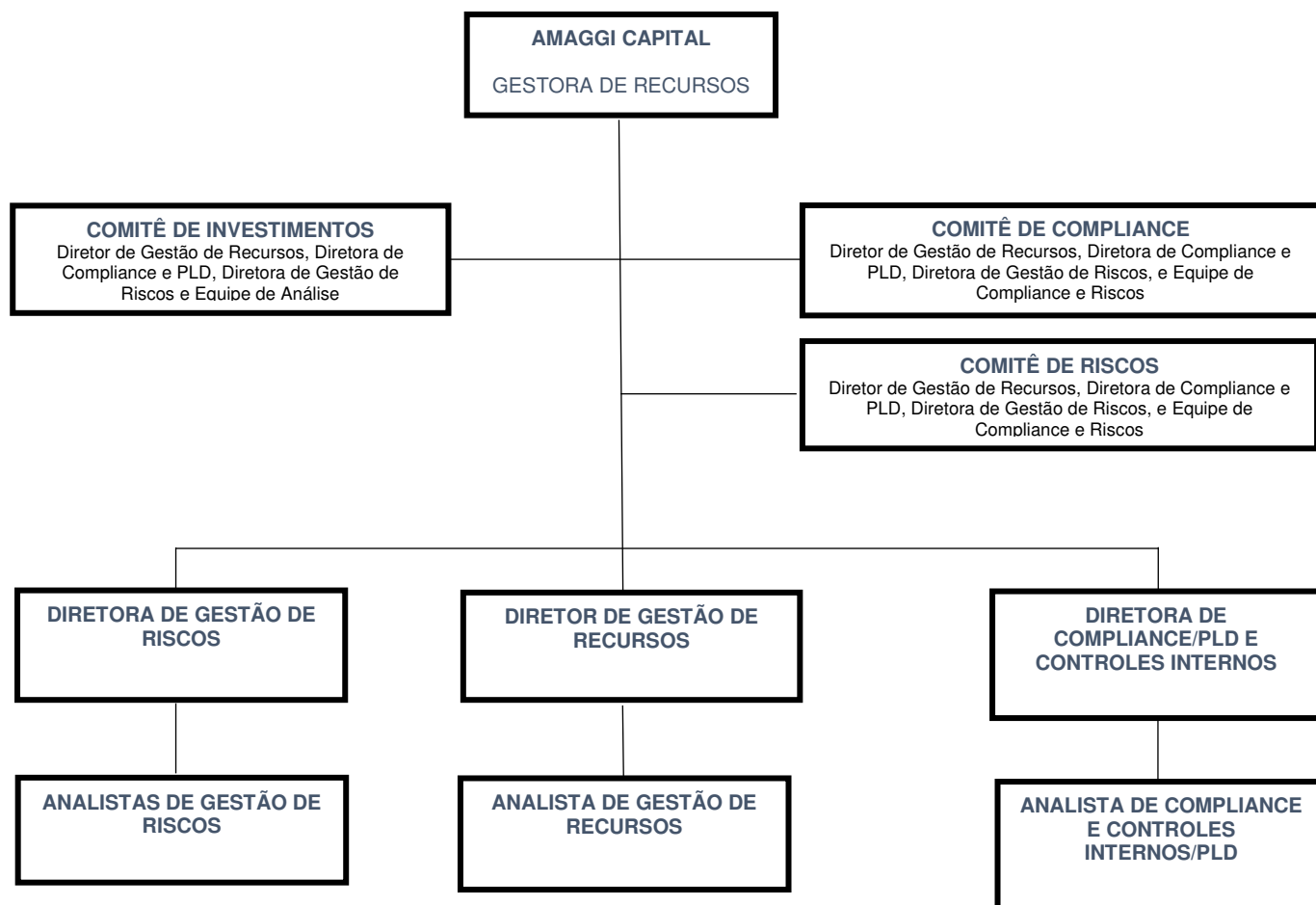
CONTROLE E REVISÃO

Controle e Revisão de Informações Gerais		
Aprovado por:	Data de Aprovação	Alteração
Diretoria	Setembro/2023	Versão Inicial
Diretoria	Junho/2024	Atualização
Diretoria	Junho/2025	Atualização



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

ANEXO I - ORGANOGRAMA FUNCIONAL





POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

ANEXO II - TABELAS DE PONTUAÇÃO DE CADA NÍVEL PARA A APURAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA ESCALA DE RISCO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS – FIFs

Nível 1 – Classe de Ativos

Nível 1	Pontuação Nível 1
Renda Fixa	1
Multimercado	1,5
Ações	2
Cambial	2,5

Nível 2 – Tipo de Gestão

Nível 2	Pontuação Nível 2
Fundos Indexados	0,5
Fundos Ativos	1
Fundos de Investimento no Exterior	1,5

Nível 3 – Estratégia de Alocação

Nível 3	Pontuação Nível 3
Renda Fixa Simples	0,25
Renda Fixa Indexados	0,25
Renda Fixa Duração Baixa Soberano	0,25
Renda Fixa Duração Baixa Grau de Investimento	0,25
Renda Fixa Duração Baixa Crédito Livre	0,5
Renda Fixa Duração Média Soberano	0,375
Renda Fixa Duração Média Grau de Investimento	0,375
Renda Fixa Duração Média Crédito Livre	0,625
Renda Fixa Duração Alta Soberano	0,5
Renda Fixa Duração Alta Grau de Investimento	0,625
Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre	0,75
Renda Fixa Duração Livre Soberano	0,75
Ações Indexados	1
Ações Índice Ativo	1
Ações Valor/Crescimento	1
Ações Small Caps	1
Ações Dividendos	1
Ações Sustentabilidade/Governança	1
Ações Setoriais	1
Ações Livre	1



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Fundos de Mono Ação	1
Multimercados Balanceados	0,75
Multimercados Dinâmico	0,75
Multimercados Capital Protegido	0,5
Multimercados Long and Short – Neutro	0,625
Multimercados Long and Short – Direcional	0,75
Multimercados Macro	0,875
Multimercados Trading	0,875
Multimercados Juros e Moedas	0,75
Multimercados Livre	1
Multimercados Estrat. Específica	1
Cambial	1